

ÉTICA E NATUREZA EM BERGSON

Alino Lorenzon
UERJ e UFRJ

MARIA LUIZA P. F. LANDIM, *Ética e natureza no pensamento de Bergson*, Rio de Janeiro, UAPÊ, 2001. 232 p.

O trabalho, escrito originalmente em francês, é uma tradução livre da tese de doutoramento em filosofia, intitulada *Une contribution à la problématique écologique à partir de Bergson*, defendida no Instituto Superior de Filosofia da Universidade Católica de Lovaina, Bélgica. A obra de Landim soma-se à produção de outros pensadores brasileiros, como a de Bento Prado Jr. *Bergson: presença e campo transcendental* (São Paulo, EDUSP, 1989), de Franklin Leopoldo e Silva, *Bergson, intuição e discurso filosófico* (São Paulo, Loyola, 1994) e Rubens Murílio Trevisan, *Bergson e a educação* (Piracicaba Editora UNIMEP, 2001).

O objetivo principal perseguido pela professora Maria Luiza Landim, do Departamento de Filosofia da UERJ, consiste no desenvolvimento da hipótese de que é possível, a partir de Bergson, construir uma fundamentação teórico-prática adequada para a elaboração de uma ética suscetível de enfrentar os desafios de uma problemática ecológica muito complexa. Podemos afirmar, com base na observação dos fatos e da tomada de consciência da dominação devastadora da natureza, que o conflito entre o homem e o meio ambiente pode levar a consequências nefastas, irreparáveis e irreversíveis. Os recursos naturais, como a água, a terra, o ar, as florestas, o petróleo e numerosos outros são finitos, escassos e esgotáveis.

“A situação assim criada pode ser caracterizada globalmente como uma deterioração contínua e rápida do meio ambiente, que constitui uma ameaça direta para todas as formas de vida do chamado problema ecológico” (p. 7).

Diante desse quadro alarmante do presente e do futuro da humanidade e da Terra, surge a pergunta: será suficiente uma atitude pragmática de medo ou haverá uma outra dimensão mais profunda de ordem ontológica, moral e política? Com o intuito de fundamentar uma resposta a essas e outras interrogações, Landim afirma que é possível elaborar uma teoria ecológica, a partir de Bergson, capaz de oferecer uma interpretação de caráter ético-ontológico da realidade que nos cerca e da qual somos parte, dando-nos ao mesmo tempo uma compreensão da natureza humana e do nosso papel dentro do processo evolutivo.

A obra em apreço divide-se em duas grandes partes: I. *A raiz ontológica da natureza*; II. *A reconciliação do homem com a natureza*. Na primeira parte, a autora se propõe estudar internamente a obra de Bergson com o intuito de detectar o fio condutor da vida como *durée*, tempo, consciência, memória e liberdade. No entanto, convém ressaltar de início que essas qualidades “superiores” não são privilégio exclusivo do homem. Toda a natureza participa delas de algum modo. Ademais, a *durée* se expande em todos os seres naturais sob a forma de *élan vital*, substrato ontológico de toda realidade. Finalmente, o *élan* abraça a humanidade e a natureza. Para Bergson, a idéia original de duração está dissociada da idéia de tempo abstrato para afirmá-la como tempo real – a *durée* –, vivido e sentido na experiência. Assim, mudança e permanência se completam no nível da consciência, podendo, portanto, a idéia de *durée* ser aproximada da noção agostiniana de tempo enquanto dimensão da alma. Mas é no exercício da liberdade humana que a *durée* chega a seu grau mais elevado. A liberdade ultrapassa constantemente a natureza. Ao contrário da ciência moderna que vê a natureza apenas sob o ângulo da dominação e da exploração, Bergson a compreende como nossa aliada (é que nós somos a natureza), devendo como tal ser vista, pensada e usufruída. Assim, a *durée* não é uma pura sucessão, mas o prolongamento do passado em vista do futuro, e, se a liberdade humana ultrapassa a natureza, aquela (a liberdade humana) segue o movimento da vida por englobar todas as formas do espírito com a matéria.

“Como o mais pequeno grão de poeira é solidário do nosso sistema solar em sua totalidade, assim todos os seres organizados, do mais humilde ao mais alto, somente tornam sensível aos nossos olhos uma única dimensão. Todos os viventes são interdependentes e todos estão sujeitos ao mesmo impulso” (p. 81).

Esse fundamento ontológico pode servir como horizonte para o restabelecimento do respeito universal a todas as coisas, o que corresponderia a certas propostas e a certas exigências dos ecologistas. Assim, a idéia de criação do novo não está reservada exclusivamente ao homem. Ela se aplica também a todo processo evolutivo. Esse é o princípio da ontologia de Bergson, através do qual ele se propõe a considerar a *durée* como fluxo de vida no lugar da substância permanente e absoluta da metafísica clássica. Transpondo os campos antropológico, psicológico e cósmico, Bergson situa sua reflexão no horizonte da metafísica ao colocar a *durée* e o *élan vital* como princípios originários de tudo o que existe, atingindo o apogeu na vida ética. Esse novo nível qualitativo da ética é atingido em dois momentos: a ética da pressão social, que impõe obrigações e normas, e a ética absoluta, em que a obrigação se torna aspiração e atração, sendo o objetivo supremo do *élan* a sociedade movida pela solidariedade. Esta não é espontânea, mas deve ser regulada pelo apelo à justiça que garante a existência plena e a vida perfeita a todos os seres humanos. É imprescindível lembrar que para Bergson o amor é o fundamento da moral absoluta. Por isso, a moral absoluta não pode ser reduzida a fórmulas, imperativos e coações, anunciando-se sobretudo como vida, intuição mística e religião. A mística exerce uma força admirável nas pessoas e na sociedade através do exemplo dos santos e da atração que eles exercem na sociedade.

Outra instância ética que não deve ser esquecida na moral bergsoniana é o tema da justiça, coroamento de seu pensamento ético. Segundo Bergson, “A justiça dá consistência objetiva a toda ética. Por exemplo, sem a justiça, a sociedade fraterna seria apenas um ideal monástico e sem apelo político. É a justiça que confere ao espírito de fraternidade seu conteúdo concreto e político” (p. 122).

II. *A reconciliação do homem com a natureza*. Esta segunda parte, consagrada a uma releitura da ontologia, da ética e da política bergsonianas sob o ponto de vista do convívio harmonioso entre o homem e a natureza, inicia dando-nos um alerta nada confortador.

“A humanidade geme, esmagada sob o peso dos progressos por ela mesma realizados. Ela não sabe bastante que o seu futuro depende dela. A ela de saber antes de mais nada se quer continuar a viver” (p. 137). A fim de lembrar como e por que chegamos a essa trágica situação, Landim faz-nos um breve relato histórico mostrando qual foi a relação do homem com natureza no mundo antigo, medieval e moderno. Para os pensadores gregos, a noção de natureza (*physis*) designava o conjunto harmonioso (*kosmos*) de todos os componentes do universo. Da *physis* surge, pois, o universo, isto é, a aparição da vida em todas as suas formas, inclusive a vida humana, instaurando-se assim a ordem ético-política.

Para Aristóteles, por exemplo, os seres naturais possuem em si mesmos uma dignidade, e em todos eles se manifesta algo de belo. Os seres mais humildes têm sua parte de maravilhoso e de divino, porquanto o universo inteiro é sagrado (V. P. Hadot, *O que é a filosofia antiga?* São Paulo, Loyola, 1999, 126-132).

Assim como os gregos e os estoicos, os filósofos e teólogos medievais viam a relação homem-natureza de maneira análoga, sendo que esses pensadores, além de incorporarem o conceito grego de natureza, acrescentavam-lhe a condição de criatura de Deus. A ruptura dessa relação ocorrerá na Idade Moderna, como bem o caracterizou Gerd Borheim: “Por esta via (da técnica) introduziu-se a dominação da natureza; a ciência prefere embrenhar-se na realidade sensível e isso não apenas para conhecer, mas para abrir as portas de toda possível dominação” (cit. por Landim, p. 133). Contra essa visão e contra essa prática, dominadas pela razão instrumental, Bergson e os movimentos ecologistas nos apontam o caminho da sobrevivência através de um convívio solidário e respeitoso da natureza. Em seguida, a autora se detém no exame de algumas teorias contemporâneas referentes à ecologia, mostrando a importância da contribuição bergsoniana. Uma citação de A. Einstein introduz a discussão: “Um ser humano é parte deste todo, que nós chamamos universo, parte limitada no tempo e no espaço. Nós temos por tarefa alargar o círculo de nossa simpatia a fim de incluir nele todas as criaturas viventes e a natureza inteira, em toda sua beleza” (p.156).

A ecologia tornou-se hoje um domínio multidisciplinar, interessando vivamente à ciência, à política, à ética, à filosofia e à teologia. Uma vasta literatura sobre ecologia tenta interpretar a maneira mais correta de tratar e respeitar a natureza. Landim escolheu algumas teorias contemporâneas que de um modo ou de outro tentam fazer uma ligação entre ecologia, ética, política e metafísica. A ecologia profunda (biocentrismo) critica severamente a ontologia e a ética modernas por terem exaltado quase que exclusivamente o sujeito. É o caso de H. Jonas que, com o *princípio responsabilidade*, elabora um verdadeiro tratado sobre a ontologia e a ética do meio ambiente. Luc Ferry, por sua vez, busca fundar uma ética humanista e democrática sem recorrer à metafísica, propondo a tese de que a “natureza possui um valor em si mesma”. Catherine Larrère faz um estudo filosófico-histórico a fim de fundar uma ética do “bom uso da natureza”. Essa ética deve ser “triplamente vigilante: uma vigilância local, na ‘montanha’, nacional, na comunidade internacional, num exercício comum da razão” (p. 180).

Diante desse conciso quadro de posições, qual seria a contribuição específica de Bergson para a elaboração de uma teoria ético-ontológica da reconciliação do homem com natureza? De maneira breve, podemos dizer que, para o nosso filósofo, toda a natureza, desde a sua origem até os mais varados ecossistemas, é ontologicamente ética, e isso graças à emergência da consciência. Há uma infinita solidariedade no universo, apelo silencioso para que organizemos uma

sociedade de fraternidade com a natureza. Por isso, somente uma ética global é que poderá dar ao homem um sentido de sua relação com o universo. Sob a luz dessa concepção se poderia também falar em “direitos dos animais”, por Bergson denominados “companheiros de viagem”. Diante da gravíssima problemática e dos desafios com os quais nos defrontamos hoje, o apelo de Bergson, lembrando-nos a dignidade e a beleza de todos os seres do ecossistema, representa uma séria advertência. É assim que a ontologia e a ética propostas por Bergson se ligam ao comportamento individual e social do homem face à natureza. Esse respeito universal exige uma mudança radical de comportamento. Mas, para que esses propósitos éticos possam ser concretizados, é preciso que eles impregnem a esfera política, esta entendida no sentido pleno da palavra. Assim, a opção política face à natureza comporta pelos menos dois níveis, sendo o primeiro a denúncia corajosa e contínua dos abusos e agressões que o homem contemporâneo, através da tecnociência, da ganância e de todas as formas de destruição, inflige à natureza. O segundo nível consiste numa proposta de reconciliação com a natureza, garantindo o equilíbrio ecológico para as gerações presentes, futuras e para o conjunto da própria natureza. No campo da denúncia é preciso, e com urgência, empreender uma crítica radical ao gigantismo industrial de consumo desenfreado e do “espírito de guerra”. Assim é que o gigantismo industrial, em escala mundial, posto ao serviço do consumo do supérfluo e do luxo, engendra ao mesmo tempo a fome e a morte, marcando o aparecimento de uma sociedade ostensivamente injusta.

Para Bergson, que viveu a Primeira Guerra Mundial e previu os preparativos e o início da Segunda, faz esta constatação a respeito do comportamento bélico do homem. *“A origem da guerra é a propriedade individual ou coletiva, e como a humanidade, por sua estrutura, está predestinada à propriedade, a guerra é natural”* (p. 203). No entanto, não é a natureza que deseja a guerra, apesar de os ideólogos da guerra tentarem “justificar” suas posições com argumentos nada convincentes.

Face à corrida da sociedade para o consumo e a ostentação da riqueza, Bergson recomenda “uma volta à simplicidade”, se quisermos olhar as coisas sob o ponto de vista ético-ontológico por ele preconizado.

Concluindo, podemos afirmar que a tese desenvolvida ao longo deste trabalho se apresenta como uma obra de palpitante atualidade. O texto mostra como é possível empreender uma interpretação da obra de Bergson tendo presentes os graves desafios teórico-práticos que angustiam todo observador e todo pensador que se debruça sobre o quadro do mundo atual. A leitura do último parágrafo da conclusão mostra a importância da contribuição da filosofia bergsoniana para a ecologia.

“Enfim, a ética de Bergson parece nos mostrar o caminho para o sentido profundo da vida em todas as suas formas; dado que todas as realidades possuem uma

única raiz, somos convidados a construir teorias éticas abertas à dimensão planetária, isto é, capazes de abraçar a totalidade dos entes naturais e artificiais e de interpretar qualquer problema dos homens, da natureza e da tecnociência. A ética de Bergson sinaliza dois componentes radicais da harmonia entre o homem e a natureza: a fraternidade universal e a justiça” (p. 218).

Endereço do Autor:
Rua Pereira da Silva, 586 / 701
22221-140 Rio de Janeiro — RJ